

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 2.117.447 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 20.927.447 mil, Ativos Totais de R\$ 23.498.794 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 926.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 889.200 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 671.200 mil elevando-o de R\$ 8.839.600 mil para R\$ 11.148.580 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2018	2017		2018	2017
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	730.552	872.568	CIRCULANTE	892.668	2.017.277
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	9.542	37.376	Impostos e Contribuições a Recolher	22	3
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 7)	14.815	-	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	891.558	1.059.086
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	706.017	835.014	Outras Obrigações (Nota 10)	1.088	958.188
Valores a Receber	178	178	NÃO CIRCULANTE	1.678.680	529.659
NÃO CIRCULANTE	22.768.242	20.781.183	Provisão para Impostos e Contribuições	36.632	27.745
Realizável a Longo Prazo	2.677.386	2.297.476	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	622.407	501.914
Valores a Receber (Nota 8)	1.213.892	1.148.122	Outras Obrigações (Nota 10)	1.019.641	-
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	541.768	407.303	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.927.446	19.106.815
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	693.339	546.422	Capital Social (Nota 12a)	10.400.000	8.839.600
Créditos Tributários (Nota 17c)	228.387	195.629	Reservas de Lucros	10.012.576	9.831.192
Investimentos (Nota 9)	20.090.856	18.483.707	Outros Resultados Abrangentes	514.870	436.023
TOTAL	23.498.794	21.653.751	TOTAL	23.498.794	21.653.751

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2018	2017	Social	Legal	Estatutária	(Investidas)	Acumulados
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	2.113.833	2.386.814	7.666.200	387.624	8.405.091	228.573	-
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	2.162.817	2.413.043	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro (Nota 15)	42.151	47.607	-	-	-	-	-
Resultado na Alienação de Investimentos	6.620	36.719	-	-	-	207.450	-
Despesas Tributárias (Nota 13)	(94.428)	(109.741)	-	-	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(5.329)	(6.614)	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.113.833	2.386.814	916.120	-	-	-	916.120
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	3.614	8.943	257.280	-	(257.280)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.117.447	2.395.757	-	119.788	1.175.969	-	(1.295.757)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	-	-	-	-	-	-	(1.100.000)
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	3,16	3,74	-	-	-	-	-
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.							

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2018	2017	Social	Legal	Estatutária	(Investidas)	Acumulados
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2.113.833	2.386.814	8.839.600	507.412	9.323.780	436.023	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:							
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.162.817)	(2.413.043)	-	-	-	80.466	(338.863)
Resultado na Alienação de Investimentos	(8.620)	(36.719)	-	-	-	-	-
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(39.950)	(43.556)	-	-	-	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	94.400	109.662	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(3.154)	3.158	889.200	-	-	-	889.200
(Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(14.935)	-	671.200	-	(671.200)	-	-
(Aumento)/Redução em Ativos	(35.926)	137.701	-	-	-	-	-
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	1.017	(7)	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22.315)	-	-	105.872	746.712	-	(852.584)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	75.313	140.852	-	-	-	-	(926.000)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			10.400.000	613.284	9.399.292	514.870	-
Alienação de Investimentos	21.496	100.573	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	267.169	131.196	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	288.665	231.769	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:							
Contrato de Mútuo	(71.300)	(185.000)	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(169.886)	(174.978)	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(241.186)	(359.978)	-	-	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.834)	12.643	-	-	-	-	-
Início do Exercício	37.376	24.733	-	-	-	-	-
Fim do Exercício	9.542	37.376	-	-	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.834)	12.643	-	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detentam, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").		
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2019.		
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.		
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.		
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
a) Moeda funcional e de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.		
b) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.		
c) Instrumentos financeiros		
(i) Classificação dos ativos financeiros		
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.		
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.		
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.		
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.		
• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.		
(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico		
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.		
d) Investimentos		
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (<i>impairment</i>) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.		
Ágio (Goodwill)		
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.		
e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)		
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por <i>impairment</i> . Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por <i>impairment</i> .		
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:		
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;		
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;		
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e		
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.		

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 19.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
- Desde o início de vigência da norma, não houve reclassificações decorrentes de sua adoção e não houve reflexo nas perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) para os ativos avaliados no modelo desta norma. O impacto da adoção inicial do CPC 48, relacionado ao investimento direto/indireto, foi de R\$ (258.397), sendo R\$ 80.466 contra lucros abrangentes e R\$ (338.863) registrado contra lucros acumulados, e os efeitos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registrados no resultado através da avaliação pelo método de equivalência patrimonial.
- CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPIC 02 e ICPIC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16): As principais alterações são: (i) não há mais distinção quanto a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações que são alcançadas pelo CPC 06 são registradas em ativo como um direito de uso com contrapartida em passivo, devendo-se reconhecer em resultado os valores relativos aos juros passivos e depreciações/amortizações do ativo, procedimento similar ao atual *leasing* financeiro. O CPC 06 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações, não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova norma.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário	5	6
Fundos de investimentos financeiros (1)	9.537	37.370
Total	9.542	37.376

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 14.814, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

8) VALORES A RECEBER

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.213.892 (2017 - R\$ 1.148.122).

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	Capital social	líquido ajustado		ON	PN		2018	2017	2018	2017
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	22.000.000	42.865.938	4.641.043	3.755.571	-	45,71	19.595.637	18.011.344	2.117.302	2.346.439
Bradespar (1) (4) (5) (7)	4.100.000	10.117.073	1.190.496	1.675	-	0,48	48.691	44.370	5.578	13.108
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	280.000	526.499	32.205	44.867	-	50,00	263.249	241.122	16.102	40.182
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	4.593.804	9.161.436	824.722	1.752	-	0,08	7.247	6.751	644	691
Bradesco (1) (4) (5)	67.100.000	124.715.969	16.583.915	9.333	-	0,14	173.212	177.300	23.191	12.623
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
Total							20.090.856	18.483.707	2.162.817	2.413.043

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (24,01%) e na Bradespar (12,98%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 8 de março de 2019 e da Bradespar foi divulgada em 28 de março de 2019;

(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.019.641 (2017 - R\$ 958.099).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 541.768 (2017 - R\$ 407.303).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
No início do período	501.914	362.085
Atualizações monetárias	26.093	30.167
Constituição	94.400	109.662
No final do período	622.407	501.914

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2018 e 2017, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias - classe "A" (I)	306.060.944	292.802.978
Ordinárias - classe "B" (II)	22.962.081	21.967.408
Preferenciais	348.644.754	333.542.140
Total	677.667.779	648.312.526

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertencem na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 889.200, elevando-o de R\$ 8.839.600 para R\$ 9.728.800. A proporção de 4,527947837% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2018, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 29.355.253 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 14.252.639 ordinárias, das quais 13.257.966 da classe "A" e 994.673 da classe "B" e 15.102.614 preferenciais, ao preço de R\$ 30,2910 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 671.200, elevando-o R\$ 9.728.800 para R\$ 10.400.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.117.447	2.395.757
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	670.329	639.741
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	3,16	3,74

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	(%)
Lucro líquido do exercício	2.117.447	
Reserva legal	(105.872)	
Base de cálculo ajustada	2.011.575	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	926.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(34.442)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	891.558	44,3
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	1.059.086	46,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2018; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins (1)	77.763	90.406
PIS (1)	16.637	19.256
IOF	26	79
Total	94.426	109.741

(1) Refere-se, substancialmente, à despesa de PIS/Cofins sobre JCP - Juros sobre o Capital Próprio e sobre aplicações financeiras.

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços de terceiros	521	166
Editais e publicações	100	112
Despesas com pessoal	4.592	-
Outros (1)	116	536
Total	5.329	814

(1) Refere-se às despesas com taxas CBLC/BOVESPA, ocorridas na venda de ações Bradesco.

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Variação monetária sobre impostos a recuperar	30.458	36.458
Variação monetária de contratos de mútuo	9.185	6.217
Outros	2.508	4.832
Total	42.151	47.607

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos						
Caixa/disponibilidades	-	-	5	6	-	5
Valores a receber (Nota 8)	1.213.892	1.148.122	-	-	-	1.213.892
Juros sobre capital próprio/Dividendos a receber	-	-	6.593	7.338	699.424	827.676
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	891.558	1.059.086	-	-	-	891.558
Outros passivos (Nota 10)	-	-	259.040	243.405	760.601	714.694
Total						
	70.726	92.938	(15.635)	(22.032)	(45.907)	(64.689)
			10.908	9.041	953.128	1.090.955
						38.036
						(4)

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e

(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2018		2017		2018	
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.113.833	2.386.814				
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(718.703)	(811.517)				
Efeito no cálculo dos tributos:						
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	735.358	820.435				
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(327.772)	(373.599)				
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	314.840	374.000				
Outros valores	(109)	24				
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.614	8.943				
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		2018		2017	
Impostos correntes						
Imposto de renda e contribuição social devidos	(29.144)	(30.181)				
Impostos diferidos						
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	41.450	47.545				
Utilização de saldo inicial de:						
Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(8.692)	(8.421)				
Total dos ativos fiscais diferidos	32.758	39.124				
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.614	8.943				
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos						
	Em 31 de dezembro		2017		2018	
Provisão para contingência fiscal	165.980	41.115	(34)	207.061		
Outras	36	369	-	405		
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	166.016	41.484	(34)	207.466		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	29.613	(8.692)		20.921		
Total dos créditos tributários	195.629	41.484	(8.726)	228.387		
Obrigações fiscais diferidas	27.745	8.887	-	36.632		
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	167.884	32.597	(8.726)	191.755		
d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social						
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social		
2019	298	107	5.967	2.148	8.520	
2020	-	-	6.952	2.503	9.455	
2021	54.805	152.256	853	2.498	210.412	
Total	55.103	152.363	13.772	7.149	228.387	

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 214.277 (2017 - R\$ 180.621).

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 693.339 (2016 - R\$ 546.422), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 748.500, mediante a subscrição de 23.876.245 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 31,35 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos cha-

mar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

Página 16

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 889.200 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 671.200 mil elevando-o de R\$ 839.600 mil para R\$ 11.148.580 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.
Diretoria

Ativos Totais de R\$ 23.498.794 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 926.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Saldo em 31 de dezembro de 2017: 16.587.488; Saldo em 31 de dezembro de 2018: 21.653.751

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.
c) Instrumentos financeiros
i) Classificação dos ativos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de decisões, ou, eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.
• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.
ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mais do que um limitado a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificadas no nível 2 da hierarquia do CPC 40.
iii) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.
Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.
e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por impairment.
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
9) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 11.
g) Patrimônio líquido
i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.
ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.
h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.
i) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.
j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos passivos contingentes e passivos monetários incorridos (em base pro rata dia).
k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 19.
4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018:
a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias contidas no CPC 38 são tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
Desde o início de vigência da norma, não houve reclassificações decorrentes de sua adoção e não houve reflexo nas perdas por redução do lucro líquido recuperável (impairment) para os ativos avaliados no modelo desta norma. O impacto da adoção inicial do CPC 48, relacionado ao investimento direto/indireto, foi de R\$ (38.397), sendo R\$ 30.468 contra lucros abrangentes e R\$ (38.397) registrado contra lucros acumulados, e os efeitos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registrados no resultado através da avaliação pelo método de equivalência patrimonial.
• CPC 47 - Recoltes de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.
b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
• CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16): As principais alterações são: (i) não há mais distinção quanto a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações que são alcançadas pelo CPC 06 são registradas em ativo como um direito de uso com contrapartida em passivo, devendo-se reconhecer o ativo e o passivo resultantes dos juros passivos e depreciações/amortizações do ativo, procedimento similar ao atual leasing financeiro. O CPC 06 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações, não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova norma.
5) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (24,01%) e na Bradespar (12,98%);
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 8 de março de 2019 e da Bradespar foi divulgada em 28 de março de 2019;
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;
(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
(7) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.919.641 (2017 - R\$ 958.099).
11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 541.768 (2017 - R\$ 407.303).
A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Em 31 de dezembro

Em 31 de dezembro

Em 31 de dezembro

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias - classe "A" (I)	306.060.944	292.802.978
Ordinárias - classe "B" (II)	22.962.081	21.967.408
Preferenciais	348.644.754	333.542.140
Total	677.667.779	648.312.526

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e
(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 889.200, elevando-o de R\$ 8.839.600 para R\$ 9.728.800. A proporção de 4,527947837% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2018, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 29.355.253 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 14.252.639 ordinárias, das quais 13.257.866 da classe "A" e 994.673 da classe "B" e 15.102.614 preferências, ao preço de R\$ 30,2910 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 671.200, elevando-o R\$ 9.728.800 para R\$ 10.400.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.117.447	2.395.757
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	670.329	639.741
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	3,16	3,74

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(III) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	2.117.447	(105,872)
Reserva legal	2.011.575	95,0
Base de cálculo ajustada	926.000	43,8
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	(94.442)	4,4
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	891.558	41,2
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	1.059.086	46,5
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	1.059.086	46,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2018; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins (1)	77.763	90.406
PIS (1)	16.637	19.256
ICF	26	79
Total	94.426	109.741

(1) Refere-se, substancialmente, à despesa de PIS/Cofins sobre JCP - Juros sobre o Capital Próprio e sobre aplicações financeiras.

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços de terceiros	521	166
Editais e publicações	100	112
Despesas com pessoal	4.592	-
Outros (1)	116	536
Total	5.329	814

(1) Refere-se às despesas com taxas CBL/BOVESPA, ocorridas na venda de ações Bradesco.

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Variação monetária sobre impostos a recuperar	30.458	36.458
Variação monetária de contratos de mútuo	9.185	6.217
Outros	2.508	4.932
Total	42.151	47.607

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Ativos							
Caixa/disponibilidades	-	-	5	6	-	-	5	6
Valores a receber (Nota 8)	1.213.892	1.148.122	-	-	-	-	1.213.892	1.148.122
Juros sobre capital próprio	-	-	6.593	7.338	699.424	827.676	706.017	835.014
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	891.558	1.059.086	-	-	-	-	891.558	1.059.086
Outros passivos (Nota 10)	-	-	259.040	243.405	760.601	714.694	1.019.641	958.099

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Recargas/(despesas) com juros							
Recargas/(despesas) de Juros	70.726	92.938	(15.635)	(22.032)	(45.907)	(64.689)	9.184	6.217
Outros passivos (Nota 10)	(926.000)	(1.100.000)	10.908	9.041	953.128	1.090.955	38.036	(4)

(1) BDB Participações S.A. ("BDB") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e
(3) Cidade de Deus e Titânium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.113.833	2.386.814
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(718.703)	(811.177)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Impostos diferidos	735.358	820.435
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(327.772)	(373.999)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	314.840	374.000
Outros valores	(109)	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.614	8.943

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(29.144)	(30.181)
Impostos diferidos	41.450	47.545
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias		
Utilização de saldo inicial de:		
Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(8.692)	(8.421)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32.758	39.124
Total	3.614	8.943

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2017		2018	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para contingência fiscal	165.980	41.115	36	207.061
Outras	36	369	-	405
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	166.016	41.484	(34)	207.466
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	29.613	(8.692)	20.921	20.921
Total dos créditos tributários diferidos	195.629	32.792	(14)	228.387
Obrigações fiscais diferidas	27.745	8.887	-	36.632
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	167.884	32.597	(7)	191.755

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2019	298	107	5.967	2.148	8.520
2020	-	-	6.952	2.503	9.455
2021	54.805	152.256	853	2.498	210.412
Total	55.103	152.363	13.772	7.149	228.387

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 214.277 (2017 - R\$ 180.621).

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 693.339 (2016 - R\$ 546.422), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 748.500, mediante a subscrição de 23.876.245 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 31,35 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA	
Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretoria Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher
Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Octávio de Lazzari Junior
	Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano
	Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes da Companhia". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Poia

Contador CRC 1SP214007/O-2

Perdeu uma edição? Entre em contato e adquira um exemplar avulso do Valor Econômico. **Valor** EDIÇÃO ECONÔMICO. Tel. (11) 3767-7059. exemplares.avulsos@valor.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS

DATA E HORA LIMITE PARA CREDENCIAMENTO NO SÍTIO DA CAIXA ATÉ: 09/05/2019 ÀS 08h30

DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09/05/2019 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 09/05/2019 ÀS 10h30

TERMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 09/05/2019 ÀS 11h